

Anistia elogia programa do Governo FH

Relatório da entidade critica a promoção por bravura para policiais do Rio

Hugo Marques

BRASÍLIA. Uma das poucas áreas em que o Governo e a oposição trabalharam juntos acabou sendo responsável pelo fortalecimento da imagem do Brasil no exterior. Em seu relatório de 1997, que será divulgado na próxima semana, a Anistia Internacional vai elogiar o programa de direitos humanos do presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme antecipou ontem a coluna de Ricardo Boechat, no GLOBO. Além disso, cita a instituição da legislação que prevê o crime de tortura.

O secretário de Direitos Humanos, José Gregori, atribuiu o bom resultado ao trabalho conjunto do Governo com a oposição. O deputado Nilmário Miranda (PT-MG), da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, destaca o reconhecimento da culpa do Estado na morte de 281 presos políticos durante o regime militar, graças a esse trabalho conjunto com o Governo. Todas as famílias destes presos estão recebendo

indenizações entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil. A comissão que reconheceu a culpa do Estado tem membros das Forças Armadas, da sociedade civil, do Ministério Público e do Legislativo.

Gregori e Nilmário não pensam da mesma maneira sobre outras áreas. O secretário disse que sua área é a única em que os petistas não trazem três pedras nas mãos ao dialogar com o Governo. O deputado, que foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, afirma que falta ao Governo abertura para ouvir as oposições, por exemplo, sobre reforma agrária.

Relatório tem críticas, apesar de reconhecer avanços

Nilmário acha que a exclusão e o desemprego acabam gerando problemas nesse campo. Gregori concorda que os problemas são imensos, mas acredita que a questão dos direitos humanos não esteja ligada apenas à questão social. Gregori disse que Estados Unidos, China e Cuba resol-

veram graves questões sociais, mas continuam problemáticos em direitos humanos.

Apesar de admitir avanços, a Anistia critica a violência no campo e os maus-tratos em delegacias. Gregori reconhece que estes ainda são problemas graves. Nilmário lembra que os julgamentos dos militares envolvidos na chacina de Eldorado dos Carajás — onde morreram 19 sem-terra em abril de 1996 — estarão acontecendo ainda este ano, graças também às mudanças na legislação, que passou para a Justiça comum o julgamento de crimes contra a vida, mesmo os cometidos por militares.

O relatório aponta o Estado do Rio como uma das áreas onde a política de direitos humanos regrediu, devido ao prêmio que policiais recebem por atos de bravura, projeto que permanece no Governo Marcello Alencar. O relatório é uma análise dos direitos humanos em 141 países e será divulgado simultaneamente em todo o mundo. ■